

RAIMUNDO BARBOSA MARQUES

Jesualdo Cavalcanti Barros

Foi lá no meu Corrente, ainda menino, por volta do final dos anos de 1940, quando ouvi falar pela primeira vez no nome do então tenente Marques. Fora ele destacado para pôr ordem nos garimpos de Gilbués, onde o diamante, recentemente descoberto, afluía em todo lugar e atraía aventureiros dos mais distantes recantos do Brasil, e até do exterior. Vinham aos enxames atrás de bamburrar, como se dizia, seja garimpando ou faiscando a preciosa pedra, seja financiando sua exploração, seja comprando ou vendendo alguma coisa. O certo é que daquele formigueiro de gente de toda espécie, vivendo numa terra sem lei, onde tudo era objeto de disputas e conflitos, explodiam violências de todo calibre, exigindo a atuação firme e pronta das autoridades. Daí a presença do delegado especial Raimundo Barbosa Marques naqueles confins, em cuja atuação firmou a imagem de um homem destemido, porém afável, justo, equilibrado, honesto e competente.

Com o correr do tempo, e passando a acompanhar-lhe os passos mais de perto, para mim essa imagem não só se manteve como ganhou contornos mais nítidos e vigorosos, sobretudo no seu desempenho de outras espinhosas funções públicas. É o que pude colher de sua ação moderada à frente da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, por exemplo, num momento em que a ditadura ainda não dava sinais de querer despedir-se da cena brasileira.

Ao aproximar-se o fim do governo Alberto Silva (1971-1975), a insistência de amigos por pouco não fez Raimundo Marques disputar o mandato de deputado estadual. E olha que eram muitos e entusiasmados esses amigos. E, melhor ainda, bastante disseminados pelas variadas regiões e postos onde atuara, seja como militar, seja como telegrafista e diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos ou mesmo como secretário de Estado, inclusive na estratégica Secretaria de Governo.

Ao final, o bom senso venceu a insistência. Conseguiu convencer tão fervorosos partidários de que, com o apoio deles e catapultado pela

popularidade do governo a que servia, por certo conseguiria a primeira eleição. E depois? Ora, aí residia o nó górdio da questão, pois, conhecendo os meandros da política aqui comumente praticada, os fatores que determinam os altos e baixos das disputas eleitorais, a ascensão e queda de seus eventuais atores, concluía que teria carreira curta. Sobretudo por arcar sobre os ombros os encargos de numerosa família e não possuir grandes cabedais. Honrado como era, sentia que o horizonte se anuviava, pois minguiavam a cada dia os espaços reservados aos homens de bem na política, ao passo que se escancaravam as portas para contumazes trambiqueiros.

Embora as práticas fossem as mesmas e outros fossem os apelidos, reconhecia não ter vocação para anão de orçamento, sanguessuga ou mensaleiro.

Pois bem, optou então por uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, no qual exerceria honrosamente a presidência. Bom para a Corte. Pior para a Assembléia, que perdeu a oportunidade de contar, no exercício de sua missão constitucional, com as virtudes que exhibe Raimundo Barbosa Marques.